

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SÃO BERNARDO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

RICHARDES LIMA SOUZA

**(RE)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA INDÍGENA NO MUNICÍPIO SÃO BERNARDO
DO MARANHÃO: DAS GUERRAS AO SILENCIAMENTO**

SÃO BERNARDO

2023

RICHARDES LIMA SOUZA

**(RE)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA INDÍGENA NO MUNICÍPIO SÃO BERNARDO
DO MARANHÃO: DAS GUERRAS AO SILENCIAMENTO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura interdisciplinar em Ciências Humanas, habilitação em Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira

SÃO BERNARDO

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lima Souza, Richardes.

Re Construção da história indígena no município São Bernardo do Maranhão: das guerras ao silenciamento / Richardes Lima Souza. - 2023.

51 f.

Orientador(a): Ana Caroline Amorim Oliveira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2023.

1. Baixo Parnaíba Maranhense. 2. História indígena. 3. São Bernardo-MA. 4. Visibilização dos povos indígenas. I. Amorim Oliveira, Ana Caroline. II. Título.

RICHARDES LIMA SOUZA

**(RE)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA INDÍGENA NO MUNICÍPIO SÃO BERNARDO
DO MARANHÃO: DAS GUERRAS AO SILENCIAMENTO.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura interdisciplinar em Ciências Humanas, habilitação em Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia.

SÃO BERNARDO

2023

RICHARDES LIMA SOUZA

**(RE)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA INDÍGENA NO MUNICÍPIO SÃO BERNARDO
DO MARANHÃO: DAS GUERRAS AO SILENCIAMENTO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura interdisciplinar em Ciências Humanas, habilitação em Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia.

APROVADA EM: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira (orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Washington Tourinho Junior
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Vanice Siqueira Melo
Universidade Federal do Oeste do Pará

RICHARDES LIMA SOUZA

Dedico esta monografia à vida. Essa força e desejo de viver, de conhecer a vida me inspiram, ajudado por Deus e minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política – GAEP/CNPQ, que muito me ajudou na formação do eu pesquisador.

Agradeço também ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, que me possibilitou bolsa de iniciação científica durante a minha graduação.

Agradeço também a Diocese de Brejo, que me possibilitou descanso e bons momentos.

Agradeço ao Povo Anapuru Muypurá, que muito contribuiu para essa pesquisa.

Agradeço em especial a Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira, que me orientou ao longo desses 5 anos, com muita paciência, o que resultou nesse trabalho.

Agradeço aos que passaram pela minha vida, cada um e cada uma deixou uma contribuição. Sou como uma colcha de retalhos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa étnico-histórico de Nimuendajú (1948)	23
Figura 02 - Mapa do interior da Capitania do Maranhão entre parte daquelas de que ella se divide – ano de 1813.....	32
Figura 03 - Mapa geographico da Capitania do Piahy e parte das do Maranhão e do Gram Pará – ano de 1814	33
Figura 04 - Mappa topographico das Capitancias do Maranhão e Piahy e partes das Capitancias circundantes – ano de 1817	34
Figura 05 – Mapa das vilas do Maranhão – ano de 1783	35
Figura 06- Pedra que demarcou o território indígena do povo Anapuru Muypurá no fim do século XVIII, com a inscrição “ÍNDIOS”	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Povos indígenas na região do Baixo Parnaíba Maranhense	31
Quadro 02 - Povos indígenas na região do Baixo Parnaíba Maranhense citados por João Velho do Vale.....	38

RESUMO

O presente trabalho monográfico visa contribuir para a reconstrução da história dos povos indígenas na região de São Bernardo-MA. Foi realizado o levantamento bibliográfico (documentos oficiais, obras memorialistas, mapas) sobre o tema onde foi possível conhecer os processos de colonização no município (MELO, 2011). Os povos indígenas da região do município foram, pouco-a-pouco silenciados nos documentos e na historiografia “oficial” (MELLO, 2009). Tal região é caracterizada como “sem povos indígenas” por essas narrativas oficiais. Em contraste com o processo de retomada dos Anapuru Muypurá que estão se visibilizando para se fazerem ouvir e serem respeitados em sua indianidade. Muito ainda precisa ser compreendido sobre as histórias e trajetórias indígenas nesta região.

Palavras-chave: Baixo Parnaíba Maranhense. História indígena. Visibilização dos povos indígenas. São Bernardo-MA.

ABSTRACT

This monographic work aims to reconstruct the history of indigenous peoples in the region of São Bernardo-MA. A bibliographical survey was carried out (official documents, memoir works, maps) on the subject where it was possible to know the colonization processes in the municipality (MELO, 2011). The indigenous peoples of the municipality's region were, little by little, silenced in the documents and in the “official” historiography (MELLO, 2009). Such a region is characterized as “without indigenous peoples” by these official narratives. In contrast to the process of reclaiming the Anapuru Muypurá, who are making themselves visible in order to make themselves heard and be respected in their Indianness. Much still needs to be understood about the indigenous histories and trajectories in this region.

Keywords: Lower Parnaíba Maranhense. Indigenous history. Visibility of indigenous peoples. São Bernardo-MA.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	APAGAMENTO DA HISTÓRIA INDÍGENA NO BAIXO PARANAÍBA MARANHENSE.....	19
3	A HISTÓRIA INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO – MA	27
4	A RESISTÊNCIA DO POVO ANAPURU.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A história indígena (CUNHA, 1992; MONTEIRO, 2001) é um campo de estudos recente tanto na Antropologia como na História, especialmente no Brasil. Segundo Varnhagen (1978[1854]), sobre os indígenas¹ era possível escrever etnografia pois eles não tinham história.

Os povos ameríndios foram compreendidos por características tidas como ausentes em vários âmbitos: não tinham escrita (povos ágrafos), não tinham Estado, não tinham religião. Inclusive, como não haveria na língua nativa Tupi os fonemas F, L, R, difundiu-se a máxima “sem fé, sem lei, sem rei”. Assim, em vista de tantas “faltas”, seriam também “povos sem história” (CUNHA, 1990).

Pierre Clastres analisa a perspectiva da “falta” a partir do olhar ocidental sobre o Outro, os povos nativos:

[...] Contentamo-nos em destacar mais uma falta, sempre com referência ao nosso próprio mundo: essas sociedades que não possuem Estado, escrita, história, também não dispõem de mercado. Todavia, pode objetar o bom senso, para que serve um mercado, se não há excedentes? (CLASTRES, 2013, p. 4)

Ora, nessa citação o autor deixa evidente que nosso olhar ocidental busca identificar as faltas, mas não de qualquer maneira, usamos o critério da nossa cultura, do nosso modo de vida, a usamos como parâmetro. O que podemos identificar como o etnocentrismo que está presente em nossa percepção. O autor traz aqui um exemplo, no caso é a economia, onde fala sobre a comercialização, pois os povos indígenas² não dispõem de mercado, pois não há excedente, e não há excedente não por baixa produtividade, mas sim porque não é necessário.

Esse olhar etnocêntrico sobre os povos indígenas a partir da falta e da ausência de história é questionado e tensionado pela história indígena como apontada por Cunha(1992), que apresenta essa nova perspectiva ao trabalhar o que ela denomina de “história indígena”, uma narrativa que apresenta não somente a versão de quem escrevia os “fatos”, mas também dos que estavam na condição de “dominados”.

Lévi-Strauss (1980[1950]) afirma que todos os povos têm história, mas seu funcionamento depende da originalidade de cada povo para resolver seus problemas e perspectivar seus valores como linguagem, artes, técnica, crença religiosa e organização social, política e econômica.

¹ Povos indígenas ou povos originários são os povos viviam no continente americano antes da invasão dos europeus. Neste trabalho iremos utilizar estas duas denominações para se referir a esses povos.

Antropólogos e historiadores como Carneiro da Cunha (1992), Gallois (1993), Monteiro (2001) e Viveiros de Castro (2005) tencionaram as fronteiras de suas respectivas disciplinas, levando a mudanças nos métodos e nas teorias. Segundo Carneiro da Cunha (2009), renova-se o interesse na antropologia pela história com pelo menos dois problemas: de um lado, perceber o desenrolar histórico de povos ágrafos, a dialética entre a estrutura e o processo visto como uma centelha de novos movimentos sociais, e, de outro, perceber o que se poderia chamar de uma etno-história, com ênfase na significação e no lugar que diferentes povos atribuíam/atribuem à temporalidade.

A história, por sua vez, passa a dar ênfase à micro-história, a sujeitos antes não compreendidos como sujeitos históricos – mulheres, negros, indígenas entre outros. (MONTEIRO, 2001). Os indígenas só recentemente passaram a ser concebidos pela disciplina como detentores de sua própria história. Os antropólogos afirmam a existência de uma história feita não por documentos ou registros escritos, mas a partir da oralidade, dos mitos e da memória dos povos tidos ágrafos. Já que o entendimento da grafia passa pelo registro da escrita.

Como propõe Sahlins (2003) em sua abordagem interdisciplinar entre Antropologia e História, uma Antropologia da História demonstraria a importância dos mitos dos povos sem Estado para a compreensão de eventos e acontecimentos externos (como a chegada dos europeus e a colonização), dando-lhes sentido e significado a partir dos termos culturais desses povos.

Admitindo a tese lévi-straussiana de que todo povo tem história, Carneiro da Cunha (1990, 1992, 2009) afirma não existir uma oposição entre etnografia e história. Numa perspectiva complementar à de Sahlins (2003) e Carneiro da Cunha (1992), Oliveira (2016) propõe uma revisão do paradigma historiográfico sobre o “nascimento” do Brasil a partir de um olhar que reconheça a atuação dos povos indígenas no processo de construção da história nacional dentro da historiografia oficial.

É nesse debate epistemológico e político sobre a história indígena que situamos nossa pesquisa.

O Baixo Parnaíba Maranhense³, campo empírico e analítico do presente trabalho, é composto pelos seguintes municípios: São Bernardo, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria, Brejo, Milagres do Maranhão, Tutóia, Água Doce, Araióses, Paulino Neves, Barreirinhas, São

³ Atualmente essa nomenclatura foi alterada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE: a região atualmente é denominada de Região Geográfica Imediata de Tutóia-Araióses, ficando a cidade de São Bernardo dentro dessa nova região, enquanto Santa Quitéria pertence à Região Geográfica Imediata de Chapadinha. O motivo para tal alteração não foi informado pelo Instituto (IBGE, 2017).

Benedito do Rio Preto, Belágua, Urbano Santos, Chapadinha, Mata Roma, Anapurus, Buriti, Coelho Neto, Duque Bacelar, Santana e Afonso Cunha (IBGE, 2017).

Em termos de localização geográfica, o Baixo Parnaíba Maranhense está localizado no extremo Leste do Maranhão, sendo região de convergência de biomas, especialmente o Cerrado, a Caatinga e a Mata de Cocais. Essa região faz fronteira ao norte com o Oceano Atlântico, a oeste com a Mesorregião Norte Maranhense, ao sul com a Mesorregião Leste Maranhense e a leste com o estado do Piauí (BRASIL, 2005).

Desde o início da colonização, a região do Baixo Parnaíba Maranhense foi palco de conflitos, entre colonizadores e indígenas. É desse período, segundo Vanice Siqueira Melo (2011), que se tem o registro de quatro povos diferentes que ali habitavam: os Anapuru, os Anapuru, os Tremembé, os Araió e os Anicuz⁴.

O município de São Bernardo é fundado em 1724 por um mestre de campo⁵, Bernardo de Carvalho Aguiar, que, vendo a fertilidade da terra e os bons pastos para a criação de gado, instala uma fazenda (SILVA, 2017, p. 49). A cidade só nasceria, de fato, a partir de uma pequena missão jesuítica feita para a catequização e escravização dos indígenas do povo Anapuru.

Destaca-se que a região, onde hoje se encontra o município de São Bernardo, era território dos Anapuru⁶, povo que resistiu às guerras deflagradas seja pelos colonizadores visando a mão de obra escravizada, seja pela catequização dos jesuítas (SILVA, 2017, p. 43).

Devido à devoção dos missionários jesuítas a São Bernardo, a missão recebeu o nome de Missão de São Bernardo do Parnaíba que fora feita para a catequização e escravização dos indígenas do povo Anapuru (MELO, 1988).

A referida missão jesuítica foi um marco fundamental para o desenvolvimento do que se tornaria a cidade de São Bernardo, desenvolvimento que só foi possível graças ao trabalho escravo dos Anapuru, que trabalhavam na própria missão e também nas fazendas dos moradores do entorno (SILVA, 2017).

Pouco se tem registro acerca dessa missão jesuítica. No entanto, segundo Amaral (1919), no ano de 1741 foi criada a Freguesia de São Bernardo do Parnaíba, o equivalente a

⁴ Os Anicuz aparecem na obra Descrição do Sertão do Piauí (1697), escrita no final do séc. XVII, pelo padre Miguel de Carvalho, que trata dos povos indígenas que viviam na fronteira do Piauí e Maranhão. Esse povo é citado como habitante do Rio Preto, rio localizado no Baixo Parnaíba Maranhense, mais especificamente nos municípios de Anapurus e São Benedito do Rio Preto.

⁵ Mestre de campo era o termo dado a uma pessoa, cuja função era de travar guerras aos nativos e “manter a paz” nas povoações da colônia.

⁶ Atualmente este povo se autodenomina Anapuru Muypurá estando em processo de retomada/levante nos municípios de Brejo e Chapadinha e no estado do Tocantins. Trataremos sobre esse processo na terceira sessão do presente trabalho. A partir de agora usaremos a autodenominação reivindicada pelos mesmos (OLIVEIRA, 2020).

paróquia, e já não se menciona a presença dos jesuítas em São Bernardo. Há alguns mitos contados pelos mais velhos que na expulsão dos jesuítas do Brasil, ocorrida em 1759, os jesuítas que habitavam São Bernardo, já possuidores de alguma riqueza, fugiram às pressas para o rio Parnaíba, para lá seguindo pelo rio até o mar. Conta-se que os padres carregavam muitas moedas em recipientes nos lombos de mulas, e que por causa do grande peso da riqueza jesuítica, as mulas acabavam morrendo; com medo de serem perseguidos, os jesuítas acabaram enterrando seu tesouro. Esse mito ainda é muito vivo na memória dos mais velhos de São Bernardo, e diz a história que muitas pessoas já tentaram encontrar esse tesouro enterrado (SILVA, 2017, p. 54).

A história da cidade é marcada pelo seu passado colonial como identificamos na denominação pelos moradores da sede da cidade como “matriz”, por ter servido como ponto de apoio para os jesuítas que faziam a catequização dos povos indígenas da região. Por se tratar de um ponto estratégico, do ponto de vista geográfico – a cidade fica na rota para São Luís, a capital, na rota do interior do estado para o litoral, do Piauí para o Maranhão –, assim como do ponto de vista econômico – a cidade foi a primeira na região do Baixo Parnaíba a ser “criada”, contando com fazendas e engenhos e, logisticamente falando, também com uma missão que permitia um ponto de apoio para os trabalhos da igreja nesta região. Portanto, o avanço dos jesuítas para o interior do leste maranhense, resultou em outras povoações que, mais tarde, se tornaram cidades, como Santa Quitéria, Magalhães de Almeida e Santana (SILVA, 2017).

Assim, o objetivo geral deste trabalho é realizar a (re)construção da história dos povos ameríndios da microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense na interface entre a História e Antropologia, sistematizando as informações presentes nos documentos produzidos pelo poder colonial, legais, historiográficos sobre os habitantes do referido município, e por meio de mapas apresentando as trajetórias de guerras e alianças entre povos ameríndios e os invasores e entre os próprios nativos, identificando as representações acerca dos povos nativos no município de São Bernardo-MA.

Durante minha graduação participei do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política-GAEP/CNPQ, coordenado pela professora Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira. Logo no início da minha graduação adentrei no Programa de Iniciação Científica-PIBIC da universidade como bolsista desenvolvendo planos de trabalho referente ao projeto de pesquisa “História Indígena na Microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense” financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento

Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), com início no ano de 2019 até 2023. Este trabalho monográfico também é fruto da minha experiência enquanto bolsista.

Durante a graduação participei de eventos científicos ⁷ apresentando as reflexões produzidas pela pesquisa sobre os povos indígenas no Baixo Parnaíba Maranhense que me possibilitaram conhecer e compartilhar conhecimento relacionados a minha área de pesquisa. Essas apresentações geraram produções escritas e publicadas as quais são ampliadas aqui no presente texto monográfico.

Foram trabalhados quatro planos diferentes: primeiro plano, intitulado “História indígena nos municípios de São Bernardo e Santa Quitéria no estado do Maranhão” (2019-2020); o segundo plano, denominado “A (re)construção da história indígena no município de São Bernardo do Maranhão: das guerras ao silenciamento” (2020-2021); O terceiro plano designado “História indígena no município de São Bernardo-MA: agenciamento dos povos originários” (2021-2022); e por fim, o último plano, chamado “Povos indígenas e o Rio Parnaíba: as relações interétnicas na região do Baixo Parnaíba no período da colonização (séc. XVII)” (2022-2023).

A investigação propiciou a realização de pesquisa documental, acadêmica, de livros de cronistas, religiosos, sobre o município de São Bernardo e do entorno, de caráter interdisciplinar, articulando História, Geografia, Etnologia e Antropologia, como já apontado anteriormente, com o objetivo de aprofundar as análises no que há de produção sobre a região pesquisada.

Realizamos a pesquisa em arquivos a partir de uma abordagem interdisciplinar articulando História e Antropologia. A pesquisa antropológica em arquivos é uma abordagem recente nesta disciplina. Durante muito tempo se compreenderam os arquivos como espaços eminentemente da História. Entretanto, ao compreendermos os arquivos etnográficos, enquanto um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas, os veremos sujeitos a leitura e novas interpretações (CUNHA, 1992).

A pesquisa documental se deu principalmente no âmbito virtual em sites das bibliotecas nacionais e internacionais, museus de instituições públicas, nacionais e

⁷ “(Re)construção da história indígena no município São Bernardo do Maranhão: das guerras ao silenciamento” (SOUZA; OLIVEIRA, 2021); “Passado e presente: (re)construção da história indígena no município São Bernardo do Maranhão”. (SOUZA, 2021); “História indígena no município de São Bernardo - MA: a construção do silêncio” (SOUZA; OLIVEIRA, 2022) e Comunidades tradicionais no Maranhão: um refazer intercultural e interdisciplinar” (OLIVEIRA et al, 2021).

internacionais, arquivos públicos nacionais e internacionais, arquivos religiosos, sites de documentos antropológicos e linguísticos, que disponibilizam seu material de pesquisa para fins acadêmicos.

No ano de 2020, durante a pandemia da Covid-19, a pesquisa, que deveria iniciar o trabalho de campo, foi deslocada para os arquivos virtuais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU/Portugal), da Biblioteca Digital Nacional (Portugal), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, e de sites de documentos antropológicos e linguísticos, em especial, a Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.

Neste momento de confinamento também houve um direcionamento para as redes sociais, em especial, a rede social *Instagram*. Foi nesse espaço virtual que encontramos com a conta dos Anapuru Muypurá⁸, afirmando sua existência na atualidade. Esse povo, considerado “extinto” desde o século XIX, inicia um movimento de visibilização através das redes sociais afirmando sua existência e (r)existência (CASTRO, 2016[2017]) enquanto um corpo-território (NASCIMENTO, 2006) no qual a sua memória está cravada em seus corpos. Cabe reiterar que Anapurus é o nome de um município pertencente à região do Baixo Parnaíba Maranhense, localizado entre os municípios de Chapadinha e Brejo.

A partir desse encontro virtual do perfil dos Anapuru Muypurá no Instagram, os integrantes do Projeto “História Indígena na Microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense” se apresentaram aos indígenas do referido povo, em especial a Lucca Anapuru, que coordenava tanto o perfil na rede social, quanto o movimento de visibilização. A partir daquele momento, iniciamos uma parceria de pesquisa e colaboração com trocas de documentos encontrados, literatura acadêmica, trabalho de campo (que teve início somente no ano de 2022) e produções textuais.

No município de São Bernardo foram realizadas pesquisas no arquivo da Igreja Católica, e entrevistas com os moradores dos locais mais antigos da cidade (sede e povoados) sobre a memória da presença indígena no referido município, através da observação participante, conversas informais, entrevista semiestruturada e questionários. Dessas entrevistas e da pesquisa no arquivo da Igreja Católica de São Bernardo, selecionei as principais informações para me ajudar na reflexão sobre meu objeto de pesquisa.

Dessas idas ao campo do arquivo houve a produção do diário de campo para a construção do olhar antropológico do pesquisador, bem como de apresentação de trabalhos sobre os primeiros resultados e andamento da pesquisa em eventos locais, nacionais e internacionais.

⁸ Ver: <https://www.instagram.com/anapuru.muypura/> Acesso em 08. Jul. 2023.

Outra ferramenta metodológica utilizada foi a produção de imagens fotográficas dos espaços e paisagens do município de São Bernardo, entendendo que a imagem enquanto uma construção social e cultural de produção de sentidos nos auxiliam a pensar antropológicamente (NOVAES, 2009). Dessa forma, fortalecendo a sensibilização do pesquisador, que está em formação contínua, através das habilidades do olhar, do ouvir e do escrever, como nos alerta Roberto Cardoso de Oliveira (2000).

Na região do município de São Bernardo, que atualmente é caracterizada como “sem povos indígenas” pela historiografia oficial, foi possível identificar diversos povos que viviam no Baixo Parnaíba Maranhense que lutaram e resistiram pelos seus territórios. Desses povos, os Anapuru Muypurá se visibilizam novamente em seu processo de retomada/levante para se fazerem ouvir e serem respeitados em sua indianidade.

Este trabalho monográfico é composto por três seções. A primeira, “Apagamento da história indígena no Baixo Parnaíba Maranhense”, onde é trabalhada a questão de como essa região do estado do Maranhão sofreu, durante o processo colonial, o apagamento da história indígena e o silenciamento dos povos originários da região. A segunda seção, “A história indígena no município de São Bernardo-MA”, trata especificamente do processo de apagamento da história indígena e silenciamento dos povos originários de onde hoje se situa o município de São Bernardo, ou seja, os processos coloniais que foram empregados e as formas de resistência dos povos indígenas. E a terceira seção, “A resistência do povo Anapuru”, apresenta um breve histórico da relação desse povo com o poder colonial, as formas que a administração portuguesa empregou para tentar silenciar esse povo, e como esse povo resistiu e se manteve, até os dias atuais.

Apresentarei, de forma breve, um resumo acerca da cidade de São Bernardo, sua economia, população, dados do IBGE, e em seguida farei um resgate de como os povos indígenas são ou foram por muito tempo encarados nas pesquisas, principalmente quando se trata de fontes históricas.

2 APAGAMENTO DA HISTÓRIA INDÍGENA NO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE

O apagamento da história dos povos originários a partir de seu ponto de vista, de seus agenciamento e protagonismo é presente nas fontes historiográficas. Uma interpretação etnocêntrica baseada na ideia de evolucionismo sobre os indígenas produziu muitos equívocos e violências contra os mesmos. Como afirma a autora Manuela Carneiro da Cunha:

A maior dessas armadilhas é talvez a ilusão de primitivismo. Na segunda metade do século XIX, essa época de triunfo do evolucionismo, prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e que eram, portanto, algo como fósseis vivos que testemunhavam do passado das sociedades ocidentais. Pois quando as sociedades sem Estado se tornaram, na teoria ocidental, sociedades "primitivas", condenadas a uma eterna infância. E porque tinham assim parado no tempo, não cabia procurar-lhes a história. Como dizia Varnhagen, 'de tais povos na infância não há história: há só etnografia'. (CUNHA, 1992, p.11).

A citação acima apresentada reforça o ponto de vista de que a ideia de "primitivo", de "atraso" das sociedades que são caracterizadas pela falta, não é algo recente. O olhar colonial, eurocêntrico, sempre se baseou nas características que ao seu olhar faltava e, com isso, essas sociedades, que nem mesmo eram tratadas como sociedades, mas sim como "tribos", ficavam marcadas pelo estigma da falta.

Aqui é necessário nos questionarmos se, de fato, o que faltava nas sociedades indígenas, pelo menos ao olhar europeu, era "devido a um "atraso", ou apenas não lhes era necessário, ou não lhes fazia sentido. A necessidade de uma história indígena (CUNHA, 1992; MONTEIRO (2001) dá-se, primeiramente pelo fato de que pouco se sabe sobre os indígenas na era colonial pelo olhar indígena.

A história a que temos acesso é uma história escrita por e para europeus, ou pelo menos para os que se achavam europeus. Os indígenas, quando citados, aparecem na figura de "empecilho" para o avanço da colonização. Quando muito, são citados como "aliados" contra invasores, sejam franceses ou holandeses. A ausência de informações contribuiu, como apontado por Monteiro (2001) para desqualificar a história dos povos indígenas, feita por eles.

[...] que desqualificavam os povos primitivos enquanto participantes de uma história movida cada vez mais pelo avanço da civilização europeia e os reduzia a meros objetos da ciência que, quando muito, podiam lançar alguma luz sobre as origens da

história da humanidade, como fósseis vivos de uma época muito remota. (MONTEIRO, 2001, p. 3).

Lévi-Strauss (1980[1950]), aponta na seguinte citação que:

Para considerar determinadas sociedades como "etapas" do desenvolvimento de outras, seria preciso admitir que, enquanto com estas últimas se passava qualquer coisa, com aquelas não acontecia nada, ou muito poucas coisas. E, na verdade, falamos de bom grado dos "povos sem história" (para dizer, por vezes, que são os mais felizes). Esta fórmula elíptica significa apenas que a sua história é e continuará a ser desconhecida, não significa a sua inexistência. (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 8).

Para que os colonizadores considerassem tais povos “sem história” e “sem futuro”, por não serem possuidores da escrita, e para a tese de que os povos ameríndios estavam em vias de extinção, de desaparecimento seja via física (extermínio), seja cultural (assimilação ou aculturação),

Como afirma Viveiros de Castro (2005) esse suposto processo inevitável é bem elucidado por este autor:

Todos os índios “ainda” eram índios, no sentido de que um dia iriam, porque deviam deixar de sê-lo. Mesmo os que estavam nus no mato, com seus proverbiais cocares de plumas, seus colares de contas, seus arcs, flechas, bordunas e zarabatanas, os índios com “contato intermitente” ou os “isolados” – mesmo esses ainda eram índios. Apenas ainda; ou seja, ainda, apenas, porque ainda não eram não índios. (CASTRO, 2005 p. 4).

Nessa citação, Viveiros de Castro nos ajuda a compreender que sempre foi esperado pelo Estado Nacional: que esses povos originários deixariam de ser o povo que eram, ou seja, que existiria um processo, o qual já estaria, inegavelmente, acontecendo: os indígenas um dia deixariam de ser indígena – como se ser indígena fosse um status em que se poderia ser, e quando lhe aprouvesse poderia deixar de sê-lo. Já se passaram mais de 500 anos e nenhum indígena deixou de ser indígena. Pelo contrário, ocorreu um aumento dos povos que estão reivindicando sua indianidade, principalmente, após a Constituição Federal de 1988 que garantiu os direitos dos povos originários através dos Capítulo dos Índios, artigo 231, que foi fruto da luta do movimento indígena.⁹

⁹⁹ Ailton Krenak fez um discurso decisivo que se tornou histórico sobre os povos originários e sua relação com o território. Segundo Krenak (2012) ele os ameaçou para eles poderem aprovar emenda: “Na verdade, o que eu falei ali foram somente algumas frases, eu não falei o texto, eu praticamente os ameacei dizendo que iria jogar uma praga neles. Disse que os brancos já tinham tomado tudo que nós tínhamos aqui neste continente e que se eles não entendessem o que estava acontecendo, o sangue dos nossos ancestrais iria cair em cima da cabeça deles. Foi a praga que eu joguei neles. Eles ficaram apavorados e procuraram saber o que era a emenda que eu estava apresentando. Mas dali já era outros quinhentos, eles já tinham que saber qual era a emenda, porque eu já tinha jogado a praga e eles fugiram dessa praga votando com a maioria absoluta” (KRENAK, 2012, p. 124).

Manuela Carneiro da Cunha (1990, 1992, 2009) dando continuidade à tese lévi-straussiana de que todo povo possui história, afirma não existir uma oposição entre etnografia e história. Uma perspectiva complementar a essa proposta, Oliveira (2016) propõe uma revisão de um paradigma historiográfico sobre o “nascimento” do Brasil a partir do olhar sobre os povos indígenas no processo de construção da história do país, em que haja o reconhecimento da “presença” indígena dentro da história brasileira.

Dessa forma, revisitar a história oficial a partir do olhar dos povos nativos, isto é, das suas alianças, inimizades, guerras, fugas, estratégias, proporciona a construção de uma outra história: a história de quem foi silenciado pela história oficial presente nos livros didáticos.

O Nordeste brasileiro tem características muito peculiares, sobretudo seu processo de colonização. Designamos como nordeste brasileiro a região das bacias fluviais do Paraguaçu, na Bahia, ao Parnaíba, no leste maranhense – incluindo a porção nordestina da grande bacia são-franciscana –, e caracterizada basicamente pela ação de conquista efetuada quase totalmente ainda no período colonial (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992). Para além das implicações geográficas da palavra, entendemos o Nordeste como uma construção imagético-discursiva, como aponta Durval Albuquerque Júnior (2009).

Toda essa região nordestina se caracterizou pela tensão entre os Tupi da costa, principalmente os Tupinambá, e os Tapuia¹⁰, que seriam os não Tupi, particularmente os Jê.¹¹ Além da língua falada, distinguam-se os ameríndios do litoral e do sertão, inclusive em termos de sua relação com os invasores: os Tupi eram considerados aliados e mansos, e os do sertão, bravios e inimigos. Tais expressões racistas e coloniais ainda estão presentes no imaginário da sociedade brasileira sobre os povos originários.

Os termos “sertão” e “nordeste” são construções discursivas que serviram aos propósitos da conquista colonial dos povos originários. A palavra *sertão* tem origem na Idade Média europeia e é anterior à chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil; atribuía-se ao espaço do sertão a imagem de um lugar selvagem e sem lei. A própria ideia de sertão também adveio desse mesmo entendimento de se caracterizar um lugar a partir de faltas: de lei, do Estado e da fé (na verdade, da igreja como instituição). No Brasil colonial, o termo adquiriu

¹⁰ O termo “tapuia” possuía distintos significados, podendo se referir a povos indígenas que não falavam a língua Tupi, como também, para caracterizar os povos indígenas que não eram aliados dos colonizadores portugueses, trago uma citação para melhor exemplificar: Inscrito inicialmente no binômio Tapuia/Tupi, este padrão foi reciclado em várias conjunturas distintas, reaparecendo em outros pares de oposição, tais como bravo/manso, bárbaro/policiado ou selvagem/civilizado. (MONTEIRO, 2001).

¹¹ Cabe destacar que os povos originários que viviam e ainda vivem em regiões de cerrado, cerradão ou floresta, entre outros lugares, falavam línguas de diversos troncos linguísticos e não apenas línguas do tronco Macro-Jê. Essa generalização foi mais uma violência discursiva dos invasores coloniais.

um sentido ambíguo: ora designava um espaço vazio a ser conquistado, ora um espaço habitado por gentios, selvagens e bárbaros.¹² De fato, especialmente no interior do Nordeste, os indígenas opuseram grande resistência, obstando o avanço da colonização (SILVA, 2006). O que foi entendido pelo Coroa Portuguesa e pela Igreja como o demônio impedindo o avanço da colonização através dos hereges nativos.

Essas construções narrativas da ausência para se referir aos povos indígenas também vigoram no Baixo Parnaíba Maranhense, onde a presença dos indígenas como agentes históricos foi rigorosamente ignorada em registros historiográficos ou geográficos, documentos oficiais e livros de memorialistas.

Paradoxalmente, subsistem registros como nomes de municípios (Araiozes, Anapurus) e certos símbolos como a estátua dos índios Muypurá na entrada do município de Brejo; à memória dos habitantes, os documentos históricos do período colonial da região e os povos que estão em processo de retomada.¹³ Este trabalho foi inspirado justamente pela ausência de dados e informações sistematizadas sobre a presença dos povos indígenas que habitaram/habitam a região do Baixo Parnaíba Maranhense, especialmente os municípios de São Bernardo.

O Baixo Parnaíba Maranhenses, foi denominado como “sertão” pelos invasores, era habitado por diversos povos nativos, dentre eles os Aranhi, Araió, Anapuru, Barbados, Caratiu, Curia, Manassés, Xeruna, Guanaré (MELO, 2011).

Mas a tal discurso se contrapõe a história indígena registrada de forma iconográfica por Curt Nimuendajú (1987), em cujo mapa etno-histórico figuram nessa região os povos ameríndios Arayó, Anapuru, Aranhi e Tremembé, que “desaparecem” ao longo da “história”.

Apresento um recorte do mapa étnico-histórico de Curt Nimuendajú (1948), esse etnólogo autodidata que nasceu na Alemanha, mas que se radicou no Brasil, fazendo

¹² O termo “bárbaro” advém das teorias evolucionistas que acreditavam em “raças” superiores e inferiores hierarquizadas em estágios evolutivos: primitivo, selvagem ou bárbaro, e o terceiro e “máximo” estágio da humanidade, a “civilização”. Essas teorias e esses termos são concebidos a partir de leituras da teoria biológica da evolução das espécies de Charles Darwin, que constatava a seleção dos mais “fortes”. No campo antropológico, as teorias do chamado evolucionismo social nunca tiveram comprovação científica, sofrendo críticas tanto metodológicas quanto teóricas. Em *Raça e história*, Lévi-Strauss (1980[1950]) critica a metodologia e as falácias das teorias evolucionistas, concluindo pela existência de uma única raça, a humana, e por sua grande diversidade cultural.

¹³ É imprescindível destacar que, a pesquisa sobre a história indígena na região do Baixo Parnaíba Maranhense, nos encontramos virtualmente (no período da pandemia da Covid-19) com a rede social do povo Anapuru Muypurá, que, segundo suas próprias palavras, está em processo de retomada. Desde então, acompanhamo-los em sua luta. Entende-se por retomada a partir das falas dos próprios indígenas que afirmam ser o processo de rearticulação de um povo com base em sua memória ancestral recuperando sua identidade étnica.

pesquisa de campo em todo o território nacional durante os anos 30 e 40, cujo resultado dessas “andanças” foi a construção desse mapa que apresenta alguns desses povos.

Figura 01 – Mapa étnico-histórico de Nimuendajú (1948).



Fonte: Nimuendajú, Curt (1883-1945). Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes [recurso eletrônico] / Curt Nimuendajú; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O mapa mostra o atual Baixo Parnaíba, onde se vê o registro dos povos Anapuru (1679-1734), Tremembé (XVIII), Araió (1750), Aranhí (1674-1715) e próximo ao Baixo Parnaíba, os povos Uruatí (1648), Igaruana (1646), Cahicahy (XVII-XVIII), Guanaré (1715-1726) e Tacarijú (1608). Vale ressaltar que esses povos citados por Nimuendajú, foram apenas os que ele encontrou registro à época de sua pesquisa, mas com novos materiais sabemos que havia muitos outros povos em toda essa região. Outra questão que Nimuendajú apresenta em seu mapa é a respeito das datas: o autor demonstra a data do registro mais antigo e a data do registro mais recente acerca desses povos.

Um dos últimos registros dos povos ameríndios naquela região é dos Anapuru-mirim no século XVIII, quando foram aldeados. São registros feitos por Curt Nimuendajú no mapa

etno-histórico, e também em documentos históricos, cartas, leis, identificados pelos historiadores e por cronistas (MELO, 2011; CHAVES, 1953; MOTT, 1989).

O interesse pelo município de São Bernardo, em particular, se justifica pela localização do município que foi palco de diversas guerras, as chamadas *guerras justas*. A guerra justa é uma instituição que data da época das Cruzadas e passa a ser usada a partir do século XVI até o século XVIII no Brasil, para dar fundamento à escravização dos indígenas livres (CUNHA, 1992).

Tais guerras, aos olhos da Coroa, se declaravam “justas” pois supostamente, eram declaradas quando os povos indígenas “provocavam” um conflito, ou seja, quando os povos indígenas eram considerados um impedimento ao processo da colonização e expansão da metrópole. (SILVA, 2017).

A guerra contra os Anapurus travada pela Coroa Portuguesa em razão da morte do ajudante Manoel dos Santos e mais 6 religiosos. Esta ordem é dada pelo Capitão-mor do Ceará conforme traz Silva (2017, p.42):

Ainda sobre essa guerra contra os Anapurus, a Coroa portuguesa, através de Carta Régia datada de 16 de Abril de 1709, determinou que eles fossem castigados pelo ato violento contra o ajudante Manoel dos Santos e os 6 religiosos que o acompanhavam. Foi dada a ordem ao Capitão-mor do Ceará que entregasse ao Capitão do Piauí, Antonio da Cunha Souto Maior, um efetivo de 500 índios da Serra da Ibiapaba, a fim de que fosse deflagrada uma crudelíssima guerra contraos selvagens.

A citação acima demonstra que quando os indígenas não seguiam as determinações coloniais eram brutalmente reprimidos, já não bastando todo o processo de etnocídio¹⁴ a que estavam submetidos. O fato da Coroa portuguesa dar ordem para que fosse enviado um “efetivo de 500 índios”, para que fosse deflagrada uma crudelíssima guerra contra os “selvagens”, só reforça que os Anapuru resistiam ativamente aos avanços das invasões portuguesas.

O aldeamento, que como afirma Cunha(1992) era uma política de concentração e confinamento que teve início desde o séc. XVI, consistia no ato de aprisionar vários indígenas, seja do mesmo povo, ou de povos diferentes e, confiná-los num sítio de domínio eclesial, a fim de “ensinar” os costumes “civilizados” aos indígenas, o que na verdade significava cativeiro de indígenas, com o intuito de silenciar sua cultura, língua e tradições para que adotassem pela violência, a cultura, língua e religião dos invasores dos mesmos.

¹⁴ Clastres define etnocídio enquanto uma destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. (CLASTRES, 2004).

A cidade de São Bernardo surge como aldeamento de ameríndios Anapuru, sendo um dos últimos registros documentais no século XVIII sobre esse povo. “Fato é que a pacificação total dos Anapurus aconteceu em 1729, por ação de Francisco de Vasconcelos, que conseguiu a amizade e simpatia dos índios à custa de prendas e bons tratos” (SILVA, 2017, p. 45).

Após essa “pacificação”, termo eufemístico para se referir ao processo de genocídio de um povo originário como aponta Oliveira (2016)¹, é que na região começam a ser estabelecidas famílias de colonos, e fazendas de gado. Assim, o interesse se volta para aprofundar a compreensão dessas dinâmicas nessa espacialidade que posteriormente foi denominada de São Bernardo.

É verdade que não podemos deixar de questionar acerca dessa suposta pacificação, na verdade, o que significa essa pacificação? O que, propriamente dito, quer dizer essa pacificação? Será se é da mesma forma que entendemos por pacificação hoje? E além disso, o povo Anapuru continua a existir, a diferença é que agora não estavam em guerra direta com os portugueses. Deve-se ter em mente também que foi uma escolha do povo Anapuru aceitar esse acordo de paz, o que podemos tentar tencionar os por quê.

Em *O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII)*, a pesquisadora Kalina Vanderlei Silva (2006), apresenta a categoria “sertão” e sua construção no imaginário colonial em que a autora identifica alguns significados para esse termo, tal como “terra sem lei”, “terra não explorada, terra virgem”, “terra de índio”, dentre outros.

No Baixo Parnaíba Maranhense essas expressões ainda são presentes, o termo “sertão” recebeu uma conotação de “chapada”, com as mesmas características do termo, um lugar sem “civilização”, lugar cheio de mato e privado de “tecnologias” tais como energia elétrica, estradas e comércio.

A construção do termo “sertão” se origina ainda antes da chegada dos colonizadores portugueses no Brasil, na Idade Média europeia, onde se atribuía ao espaço “sertão” a imagem de um lugar sem lei e de selvageria. No Brasil colonial, tal termo possui uma ambiguidade: ora entendido como um espaço vazio a ser conquistado, ora como um espaço permeado de índios

¹⁵ Pacificação termo que correspondia à fabricação de um permanente estado de guerra que justificasse, na prática, a completa negação de quaisquer direitos à população autóctone. (OLIVEIRA, 2016, p. 17)

“bravios” (SILVA, 2006).

Foi exatamente esse sentido de “barbárie”, dado pelos colonizadores ao sertão tido como lugar de “selvagens”, de índios, pois esses espaços – do interior do Nordeste principalmente – ainda não haviam se deixado “dominar” à vontade do poder colonial.

A própria ideia de “nordeste” também adveio desse mesmo entendimento de se atribuir características a um espaço a partir da ideia da ausência. Ausência de lei, do Estado e da fé (leia-se igreja). A construção da categoria “nordeste” nasce também dessa premissa. Entretanto, o historiador Durval Muniz de Albuquerque (2009) analisa o Nordeste como um espaço que é constantemente inventado, pois o mesmo não é uma unidade, não é homogêneo culturalmente, politicamente, e muito menos geograficamente.

Esses espaços eram denominados pelos colonizadores de sertões como uma terra “permeada” por nativos, e que não havia nenhuma presença “branca”, leia-se, europeia. O sertão tem uma relação muito íntima com os povos indígenas do Maranhão, e conseqüentemente do Baixo Parnaíba. O termo “sertão” vinculado à falta de lei, no sentido estatal, dada a presença de povos indígenas que não compactuavam com a figura estatal, advém, portanto, do fato de tê-los presentes nesses espaços e territórios.

Com a invasão, muitos povos resistiram (e resistem) e lutaram (e ainda lutam) por suas terras e por suas vidas, mas quando guerrear fisicamente já não era possível, muitos desses povos migraram para lugares em que a máquina de expansão colonial ainda não havia penetrado, ficando esses territórios com a alcunha de “sertões” ou “terra de gentio”: o que caracterizava o território sem “civilidade”.

O discurso, enquanto dispositivo de poder (FOUCAULT, 1992), sobre a paisagem e o território foi utilizado pelo poder colonial como justificativa para a exploração das terras, pois descrições como: “terra em que tudo dá” e “terra onde muito benefício se dá, pau para embarcações, especiarias e metais preciosos” foram utilizados como argumentos para a exploração das terras.

Vanice Siqueira de Melo (2011) analisa como se deu a relação interétnica entre portugueses e indígenas, com todas suas relações de trocas e guerras, constatando o quanto foi heterogênea essa relação em que ora estavam em guerra uns contra os outros, ora faziam alianças entre colonizadores e um povo específico contra outros colonizadores, e ora estavam em uma paz armada.

O processo colonial causou na região do Baixo Parnaíba Maranhense uma marca de destruição e forçou uma reconfiguração na vida dos povos indígenas, na vida cultural, nas crenças, na organização social, na organização espacial e nas relações com o meio,

ou seja, de forma aguda o processo colonial alterou a vida dos povos indígenas dessa região. Entender como esse processo se deu e como os povos indígenas resistiram frente ao avanço da invasão colonial portuguesa é fundamental para entendermos como se configuraram as nossas cidades, e como se deram as marcas até hoje visíveis.

Na próxima sessão iremos apresentar e analisar acerca da história indígena do Município de São Bernardo – MA, onde pretendo trabalhar como era o território antes da chegada da invasão colonial.

3. A HISTÓRIA INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO – MA

Nessa sessão, pretendo discorrer sobre a resistência povos nativos, em especial o povo Anapuru Muypurá, do território que hoje se configura como o município de São Bernardo, no Maranhão, a partir das obras trabalhadas, dos documentos analisados e dos relatos dos moradores da cidade. Nessa sessão busco entender como se deu o “mau encontro entre indígenas e portugueses” como nomeia Clastres (2013) e seus desdobramentos que culminam na referida cidade.

A partir da missão jesuítica o aldeamento se amplia, principalmente a partir da instalação de fazendas de gado e engenhos de açúcar (SILVA, 2017). A cidade de São Bernardo conta com cerca de 28.667 pessoas, segundo o censo do IBGE (2020). O município é basicamente agrário, a economia em sua grande parte é composta pelo setor de serviços, sendo que boa parte da sua população vive da agricultura de subsistência.

O local onde hoje se localiza a cidade, é denominado pelos moradores de “matriz”, por ter servido como ponto de apoio para os jesuítas que faziam a catequização dos povos indígenas da região. Por se tratar de um ponto estratégico para essa atividade, no interior do leste maranhense irão se instalar outras povoações, que mais tarde se tornarão cidades, entre as quais, Santa Quitéria (SILVA, 2017).

A relação entre o colonizador e o povo Anapuru Muypurá, com todo o processo de deflagração de guerra e paz, os acordos e quebras de acordos, e finalmente, com a dominação por meio da força desse povo, que desde o início da colonização resistiram aos avanços coloniais em seu território (SILVA, 2017).

Em 1703, o governo da província do Maranhão permitiu a missionarização dos Anapuru Muypurá a pedido desse mesmo povo, que por motivo estratégico, percebeu que com a presença de missionários, não seriam vistos como ameaças ou inimigos, ficando assim seguros de guerras (SILVA, 2017).

No entanto, em 1708, é declarado guerra aos Anapuru Muypurá, em virtude do assassinato de Manoel dos Santos, um português que estava junto a esse povo. Até o presente momento não identificamos registros de combates, não sendo possível afirmar se houve ou não a guerra. Em 1712 é tentado um acordo de paz com o povo Anapuru Muypurá, através do português Bernardo de Carvalho Aguiar, mas não houve sucesso. No ano de 1722 o governo provincial determina que se dizimasse o povo Anapuru, mas mais uma vez não há registros de

batalhas nos documentos pesquisados.

A paz entre colonizadores e os Anapuru Muypurá é firmada somente em 1729, através do português Francisco Vasconcelos que, aproveitando a situação em que o povo Anapuru Muypurá se encontrava, por conta das guerras com os invasores, com prendas e bonstratos conquistou a simpatia dessa nação, e em agradecimento pelo feito, o governo provincial entregou-lhe uma sesmaria – local onde hoje é a cidade de Brejo –, à época, território do povo Anapuru Muypurá.

A colonização dessa região se deu a partir da instalação das fazendas de gado e de engenhos. Entretanto, o “problema” enfrentado pelos invasores era a falta de mão de obra. A catequização e a escravização dos povos indígenas eram autorizadas pela Coroa para atender tanto às demandas da Igreja como dos colonos.

Os povos nativos e também os aliados eram identificados pela Coroa como “braviose ferozes”; aqueles que não possuíam acordos de paz com os colonizadores eram identificados como “Tapuias”. Descritos como impedimento para a expansão da “civilização” nas terras do então Maranhão e Grão-Pará, os povos nativos usavam como estratégia contra os invasores fazer ataques aos carregamentos de mercadorias, ateando fogo em engenhos e atacando as fazendas de gado e os vilarejos (MELO, 2011).

A missão jesuítica que funda a cidade de São Bernardo estava localizada no território do povo Anapuru Muypurá. Esse povoamento estava em posição estratégica para o processo de conquista do leste maranhense, o que fez que rapidamente as divisões do poder colonial se instalassem na cidade. Em 1741, por exemplo, o pequeno vilarejo de São Bernardo do Parnaíba, como era conhecido à época, foi elevado à categoria de freguesia.

Essa freguesia, hoje conhecida por Paróquia (vale ressaltar que à época as divisões territoriais eclesíásticas serviam como divisão administrativa colonial também), era uma divisão administrativa importante para a época, pois com a elevação o vilarejo passa de simples povoado para sede de uma paróquia, representando assim uma sede do poder colonial e religioso na região.

Uma freguesia administrava os bens coloniais e controlava a população através de batismos, casamentos e velórios. Vale lembrar que uma freguesia servia como repartição pública, ficando a seu encargo vários serviços tais como a contagem da população, a contagem de nascimentos e falecimentos, portanto servindo como uma espécie de prefeitura, de cartório e de censo. Paróquia, a referida freguesia, só foi elevada

à categoria de vila em 1851 pela lei provincial nº 550.

Com o avanço das guerras justas, resgates e descimentos - considerando as *guerras justas*¹⁶ como o ato de declarar guerra a determinado povo indígena por motivo de depredação do patrimônio dos colonizadores - o poder colonial declarava guerra a esses povos indígenas (denominados tapuias, isto é, inimigos da Coroa) para que o avanço da colonização não fosse barrado. Ato desse tipo eram denominados de *guerra defensiva*. Já quando o poder colonial desejava exterminar um povo indígena por estes estarem “atrapalhando” o avanço dos colonizadores, a guerra recebia o nome de *guerra ofensiva* (MELO, 2011; PERRONE- MOISÉS, 1992).

Já o *resgate*, prática muito executada no período colonial, era o ato de invadir os territórios indígenas para se aliar aos povos inimigos que estavam aprisionados. Os *descimentos* foi a prática de adentrar nas matas e territórios indígenas a fim de aprisioná-los para servirem de mão de obra escrava nas atividades coloniais¹⁷.

A guerra justa era uma atividade lucrativa para os colonos e para o estado colonial português. Muito se ganhou por meio de impostos e produto da mão de obra indígena escravizada, que era utilizada em larga escala, pois as atividades agrícolas e da pecuária eram extremamente dependentes dessa prática escravista.

Dada a falta de conhecimento por parte da Corte em assuntos específicos que exigiam um conhecimento da região, havia sido criada uma Junta das Missões, em 1665, por ordem do Rei Dom João IV, para resolver conflitos que envolviam os povos indígenas e as atividades do poder colonial com esses povos, principalmente a questão dos aldeamentos e guerras.

¹⁶ Perrone-Moisés identifica o surgimento da guerra justa em Portugal: “Como precursor da doutrina da guerra justa em Portugal é sempre citado o franciscano Álvaro Pais que, no século XIV, a havia definido em função de vários fatores: só haveria guerra justa se preexistisse uma justificativa do adversário, se fosse conduzida com boas intenções (não seria justa a guerra movida por ambição, ódio ou vingança), se fosse declarada por uma autoridade competente (um príncipe ou a Igreja). (PERRONE-MOISES, 1992, p. 26).

¹⁷ Em especial, as mulheres indígenas eram “pegas no laço” e suas diversas variações sobre a captura de mulheres indígenas para se tornarem mão de obra sujeitas a múltiplas violências, dentre elas, as sexuais como apresenta a pesquisadora indígena Mirna P. Marinho da Silva Anaquiri no artigo intitulado “Minha vó foi pega no laço: a questão da mulher indígena a partir de um olhar feminista” (2018). (PERRONE-MOISES, 1992).

As Juntas das Missões, que, segundo Mello (2009), foi a centralização das ações relativas aos povos indígenas num único órgão da igreja católica, tinha entre suas atribuições determinar o uso da mão de obra de indígenas escravizados, organizando guerras justas, descimentos e aldeamentos e agindo como um tribunal que decidia a legitimidade do cativo indígena por fazendeiro e demais escravocratas. Na maior parte dos casos, as Juntas eram econômica e politicamente mais poderosas que a Coroa portuguesa representada na província do Maranhão (MELLO, 2009).

As Juntas são relevantes pois tinham grande influência na administração local e, de certo modo, determinavam onde ficariam as vilas, as cidades e demais ocupações portuguesas, cuja maioria nascia de mão de obra escrava indígena. Os frades tiveram um papel fundamental nas Juntas das Missões, tendo sido os responsáveis pelos aldeamentos indígenas por fiscalizar a mão de obra indígena. Os frades (jesuítas, em sua maioria) da região próxima ao rio Parnaíba disputaram com os colonos locais o controle da mão de obra escrava indígena, fosse em plantações de cana-de-açúcar, na construção de igrejas e aldeamentos ou em fazendas de gado.

Participavam da Junta representantes do Clero, da Coroa e do poder militar da época, que julgavam declarações de guerras defensivas, e aconselhando o rei quando em caso de guerra ofensiva. À Junta das Missões só era permitido declarar guerra defensiva, e ficava a cargo do rei a declaração de guerras ofensivas. Também competia à Junta das Missões o gerenciamento dos aldeamentos, os quais eram formados por aglomerações de vários povos diferentes sob a regência de missionários católicos para forçar o abandono da cultura ancestral para a cultura do colonizador através de incursões nos territórios indígenas para a escravização e a fundação de novos aldeamentos (MELLO, 2009).

Os aprisionados poderiam ser enviados para as lavouras ou para lares, para servirem de escravos domésticos, ou então para a força armada, que se encarregava de fazer as guerras contra os povos indígenas; as mulheres indígenas serviam também para reprodução de mão de obra ao serem “amansadas” ou “domesticadas”. Termos que se referiam

A cidade de São Bernardo, fruto dessa luta entre um povo indígena, os Anapuru Muypurás, e os colonizadores, é um claro exemplo da dinâmica empregada no processo de conquista e ocupação desse território, hoje chamado Brasil. As informações, até então tidas como “oficiais” e “neutras”, só revelam a real intenção governamental para silenciar todo um povo e toda uma trajetória.

Perrone-Moisés (1992) traz toda a legislação indigenista do período colonial, traçando os princípios das leis acerca dos indígenas, desde leis sobre a “paz” até leis sobre a

escravização desses povos. Através dessas obras e da discussão em torno delas, nos foi possível entender melhor o desenvolvimento do processo colonial em São Bernardo, desde o primeiro contato entre europeus e indígenas. A partir do levantamento de fontes foi possível elaborar um quadro com os povos indígenas tendo como referência geográfica os rios e os séculos que as fontes trazem. Restringimos ao recorte da região hoje denominada Baixo Parnaíba Maranhense.

Quadro 01 – Povos indígenas na região do Baixo Parnaíba Maranhense

POVO INDÍGENA	REGIÃO	ANO
1- Anapuru-mirim	Próximo de Parnaíba	1715
2- Anapuru	Brejo	1741
3- Guamelas	Margem do Parnaíba	1713
4- Jenipapos	Margem do Parnaíba	1726
5- Guaraniz	Margem do Parnaíba	1713
6- Aroachizes	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
7- Carapotangas	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
8- Aroquanguiras	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
9- Precatiz	Rio Parnaíba	1701
10- Cupequacas	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
11- Cupicheres	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
12- Aranez	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
13- Corerás	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
14- Ayitetus	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
15- Abetiras	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
16- Beirtés	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
17- Goaras	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
18- Nongazes	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII
19- Tramanbés	Rio Parnaíba	Fim do Séc. XVII

20- Tremembé	Litoral do MA e PI	1720
21- Suassuni	Rio Parnaíba	1720
22- Anaperu-açú	Rio Parnaíba	1705

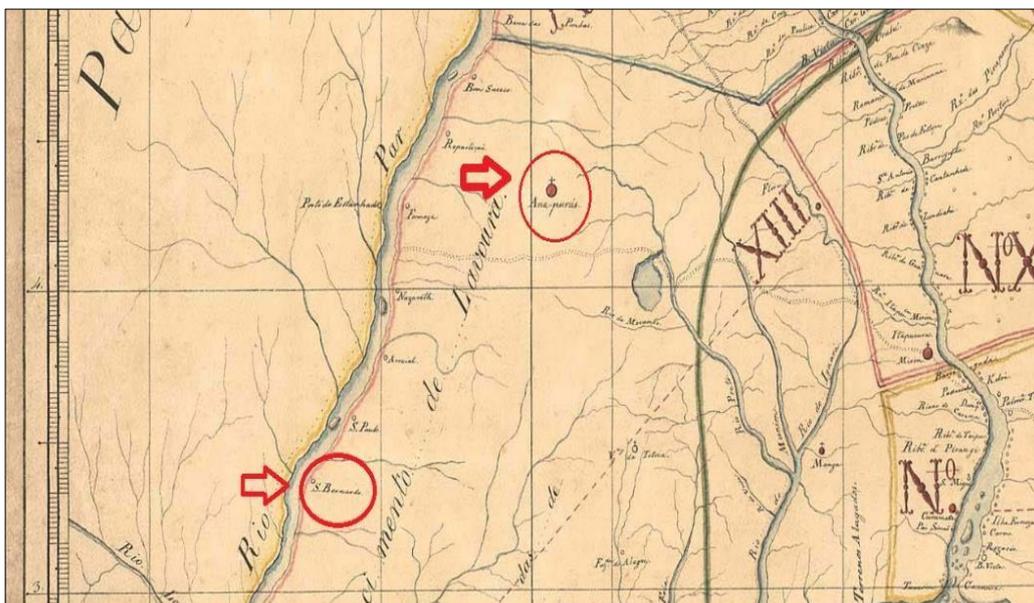
Fonte: Melo (2011). Elaboração: Souza (2021)

No total, foi possível identificar 22 povos indígenas que foram identificados às margens do Rio Parnaíba. Vale ressaltar que o rio em questão possui 1.400 km (IBGE 2020), e o tempo histórico foi delimitado entre o fim do século XVII e o século XVIII. Desses 22 povos indígenas, 4 são identificados no Baixo Parnaíba Maranhense: os Anapuru, Anapuru-açú, Anapuru-Mirim, Tremembé, Araió e Anicuz.

Não foi possível mapear com precisão o ano exato da primeira identificação documental acerca desses povos, a região exata onde eles viviam. No entanto, identificamos uma variedade de etnônimos que julgamos fazer referência ao mesmo povo divergindo por questões de diferença de escrita historiográfica: Anapuru ou Anaperu, Anapuru-mirim ou Anapuru-açú ao povo Anapuru e Tremembés e Tramembés que fazem referência ao povo Tremembé.

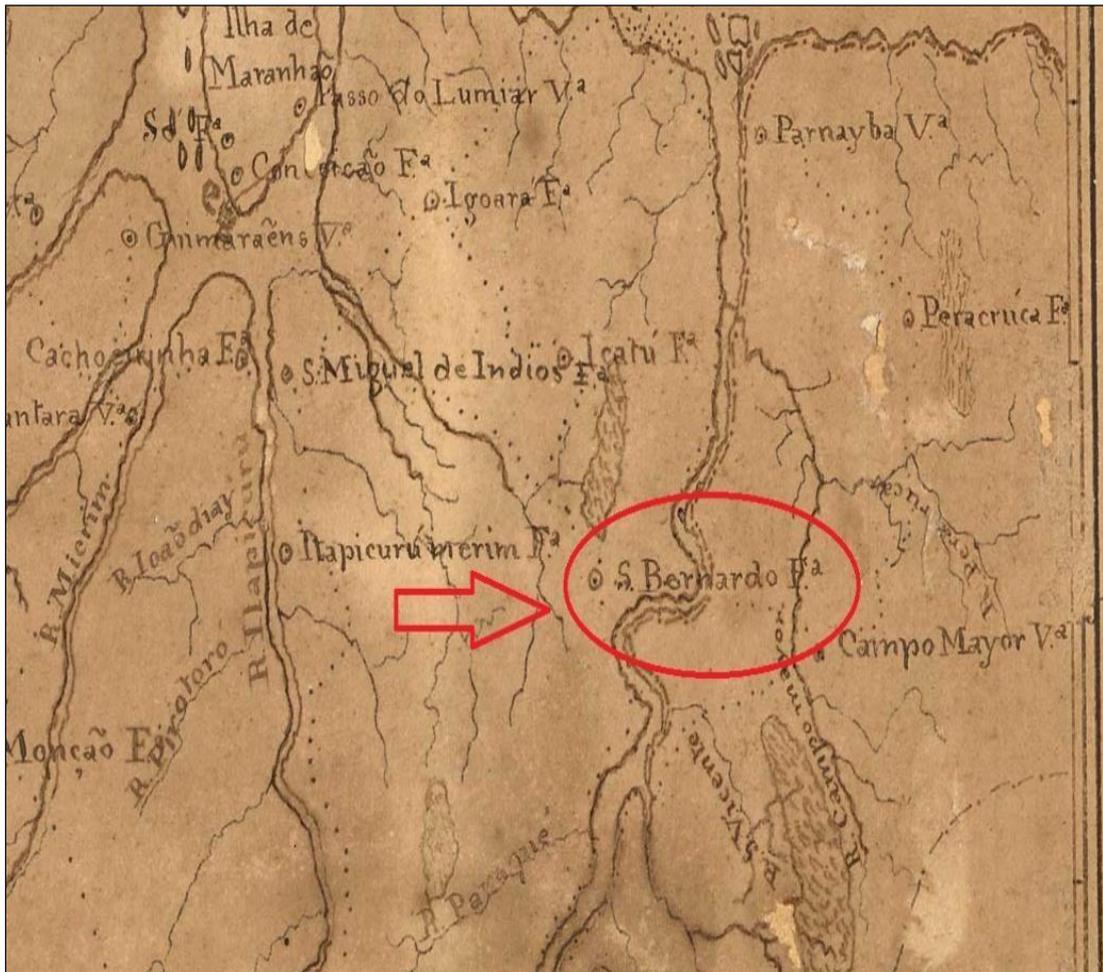
Encontramos alguns mapas da era colonial da região do Baixo Parnaíba Maranhense, os quais trazem informações sobre os povos indígenas da região onde hoje é o município de São Bernardo.

Figura 02 – “Mapa do interior da Capitania do Maranhão entre parte daquelas de que ella se divide. Formado para mostrar os pontos que limitão com a de Goiaz segundo a devizão feita em 9 de Julho de 1816 por Avizo Régio de 11 de Agosto de 1813”. Francisco de Paula Ribeiro.



mapa anterior, se localiza a cidade de São Bernardo, o que é curioso dado que raramente são demonstrados nomes dos povos indígenas em mapas oficiais da era colonial.

Figura 04 – “Mappa topographico das Capitancias do Maranhão e Piauí e partes das Capitancias circundantes. Oferecido ao ILL. SNR. João Ferreira da Costa Sampaio, por Francisco Manoel da Cunha, levantado pelo Capitão Mathias José Pereira, Architecto civil”.



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 67. Livro grosso do Maranhão. 2ª parte. Divisão de Obras Raras e Publicações. Rio de Janeiro, 1948.

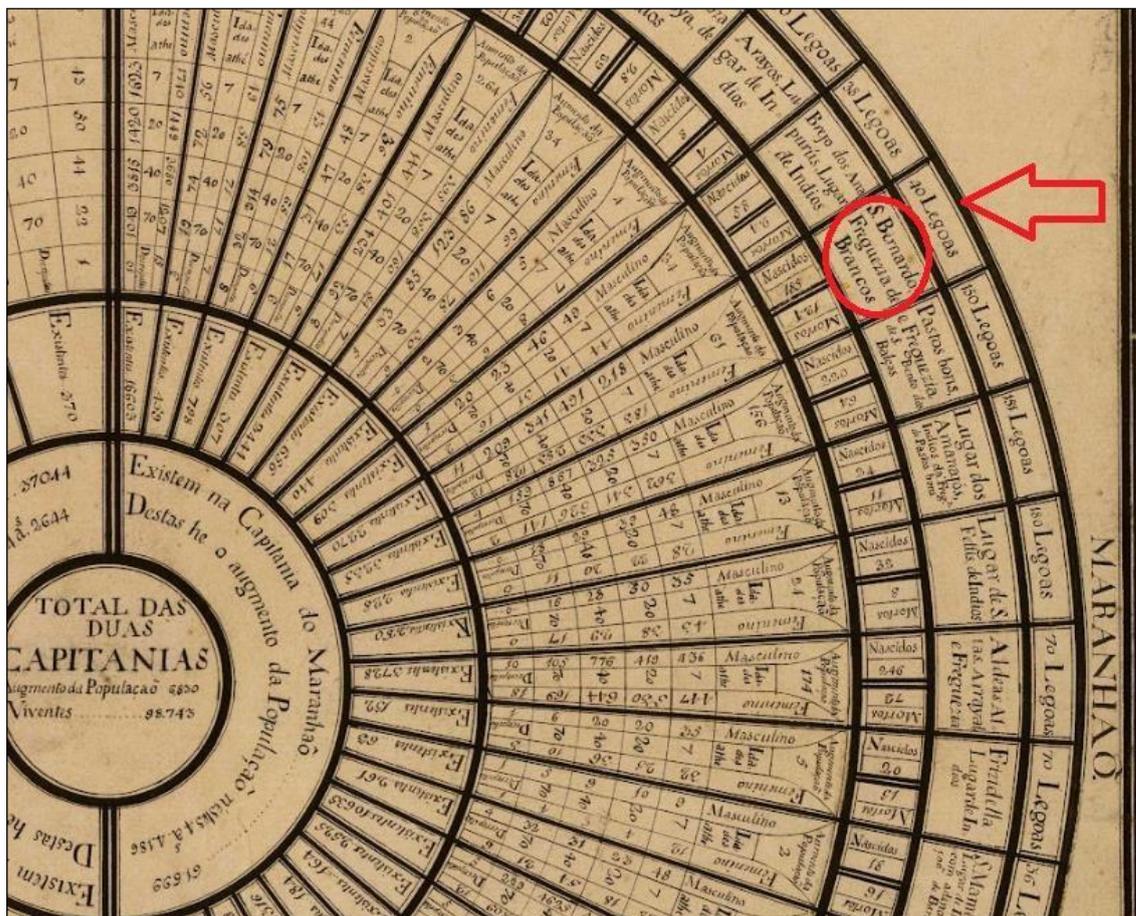
Na Figura 04 é possível visualizar a localização de São Bernardo, em destaque. O mapa foi feito em 1817, a mando de João Ferreira da Costa Sampaio, identificado como “civil”, que aqui podemos tentar entender como uma anomalia de costume, pois à época esses trabalhos cartográficos, os mapas, eram feitos pelo exército, como é possível averiguar nos outros mapas.

É interessante notar que, nos três mapas, ora aparece a povoação de São Bernardo

e aldeamento dos Anapuru, ora aparece somente o povoamento de São Bernardo, e ora aparece somente o nome Anapurus, que se pode identificar como o local do povoamento de São Bernardo.

Com esses mapas do fim da era colonial para o início da era imperial, nota-se que o povoamento de São Bernardo era notável, pois sempre aparece nesses mapas, revelando-se como local estratégico e de referência para a região.

Figura 05 – “Mapa das cidades, villas, lugares e freguesias das Capitânicas do Maranhão e Piauí, com o numero engeral dos abitantes das ditas Caoitânicas e em particular de cada huma das referidas povoações e, da distancia em que ficão da capital. Vindo-se pela notícia dos mortos e nascidos no conhecimento do aumento da população desde XIII de Fevereiro de MDCCLXXXIII athe XVII de Dezembro de MDCCLXXXVII que foi atempo que os governou”. Por Jozé Telles da Silva.



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 67. Livro grosso do Maranhão. 2ª parte. Divisão de Obras Raras e Publicações. Rio de Janeiro, 1948.

Já nesse mapa de 1783, encomendado por José Teles da Silva, então governador da Capitania do Maranhão, nota-se que São Bernardo aparece como “Freguesia de

brancos”, enquanto a acima, Brejo, é tida como “lugar de índios”, reforçando mais uma vez a importância da povoação de São Bernardo, já no fim do século XVIII.

Outra questão que chama a atenção é a distinção entre vila e lugar, por exemplo São Bernardo, dita freguesia de brancos, enquanto Brejo aparece como lugar de índios. Será se o fato de Brejo ser um lugar de índios e São Bernardo ser uma freguesia de brancos faz surgir uma espécie de hierarquia? E se sim, como se dá essa relação hierárquica?

Hoje a cidade de São Bernardo se entende enquanto ausente de povos originários. O resultado desse processo de apagamento e silenciamento, resultado esse obtido não só pelas guerras, mas também por aldeamentos e pela escrita oficial que, não imune ao viés estatal, mas propriamente a serviço do Estado, construiu uma história de um suposto vencedor, o colonizador, mal sabendo que, ao contrário do esperado, hoje um povo indígena se faz ouvir novamente, o mesmo povo indígena tão duramente perseguido e exterminado, os Anapuru Muypurás.

A cidade de São Bernardo foi palco da luta e resistência de povos indígenas, em especial os Anapuru, passando por guerras justas, aldeamentos, e com isso toda a carga de violência causada pela missionarização. O trabalho escravo nas aldeias, nas guerras e nas fazendas, fez com que a cidade de São Bernardo nascesse. Mas, ao contrário do que era dito como oficial pelo Estado, inicialmente colonial, posteriormente imperial e agora republicano, de que não havia povos indígenas na região do município de São Bernardo, hoje sabemos da história do povo Anapuru, que atualmente se autodenomina Anapuru Muypurá, que estão vivos e sempre estiveram nessa região.

4. A RESISTÊNCIA DO POVO ANAPURU

Nesta terceira seção “A Resistência do povo Anapuru” apresentarei um breve histórico da relação desse povo com o poder colonial, as formas que a administração portuguesa empregou para tentar silenciar esse povo, e como esse povo resistiu e se manteve, até os dias atuais.

João Renôr Carvalho (2015), em sua obra “Jornada de Joao Velho do Valle em Reconhecimento dos Rios Itapecuru, Monim, Mearim e Paraguassu (1685-1687): fazendo acordos de paz com as nações: Caicai, Guareti, Guanare e Charuna”, que trata da jornada de João Velho do Vale, um mestre de campo a serviço do governador geral da capitania do Maranhão, que tinha por objetivo percorrer o território da Coroa Portuguesa, identificar toda a região do Rio Paraguaçu, como era denominado o Rio Parnaíba, e fazer alianças com os povos. Essa empreitada, foi toda relatada pelo próprio João Velho, nos traz a perspectiva do colonizador em relação aos espaços geográficos, aos povos que o habitavam e suas alianças e inimizades com outros povos originários.

Pero Vaz de Caminha (1500), na *Carta* do escrivão português que estava na nau¹⁸ de Pedro Álvares Cabral, nos traz a primeira descrição oficial dos povos originários do que viria a ser o Brasil, mais especificamente os Tupinambá, mostrando como os portugueses viam os indígenas, como julgavam seus trajes, costumes, língua e conhecimento. Neste documento que inaugura o olhar europeu sobre os Tupinambá, os primeiros brasis, explicita que desde o primeiro momento que os portugueses aqui aportaram, pelo menos oficialmente, já julgavam os indígenas como necessitados de serem “civilizados”, ou seja, de adotarem a cultura, língua, religião, etc. dos portugueses.

Michel-Rolph Trouillot (2016), autor da obra intitulada “Silenciando o passado: poder e a produção da história” obra que trata do poder e produção da História, avalia como um autor pode silenciar e/ou evidenciar algo, de acordo com sua ideologia. Isso implica na história daquele objeto de estudo, pois a depender do autor, muita informação pode ser “deixada de lado” ou informações podem ser distorcidas. A história da colonização nesse país é um exemplo das implicações trazidas por Trouillot, pois já que os colonizadores eram quem escrevia a história, e essa história era a que ficava como oficial, incontestável, os considerados inimigos, ou “indesejados” acabavam sendo silenciados, apagados da historiografia oficial.

¹⁸ Nau era um tipo de embarcação utilizada principalmente na Península Ibérica, embarcação de grande porte, usada principalmente para grandes distâncias.

Através dessas obras e da discussão em torno delas, nos foi possível entender melhor o desenvolvimento do processo colonial em São Bernardo, desde o primeiro contato entre europeus e indígenas. Também nesta pesquisa foi feito um quadro com todos os povos indígenas identificados na referida obra de Carvalho (2015), acerca da jornada de João Velho do Vale.

Quadro 02 – Povos indígenas na região do Baixo Parnaíba Maranhense citados por João Velho do Vale

POVOS	LOCAL	ANO
Guareti	No vale do médio e alto Itapecuru e no Mearim	Século XVII
Caí-Caízes	Matas do rio Mearim e no Maranhão	Século XVII
Guanaré	Maranhão	Século XVII
Anapuru	Maranhão	Século XVII
Uruatí	Maranhão	Século XVII
Charúna	No vale do Parnaíba ou Paraguaçu, de um lado e outro até Ibiapaba	Em 1685
Caí-Caí	Vale do rio Munim e do rio Itapecuru	Século XVII
Guachinaré	Itapecurú no Maranhão	Século XVII
Barbados Ronxés	Rio São Francisco, rio Parnaíba do lado do Piauí e Maranhão	Em 1687
Barbados do Corso	Entre o rio Itapecuru e o rio Mearim, próximo ao rio Peritoró	Em 1687
Guaqueriri	Maranhão	Século XVII
Anapúrus-guassuzes	Rio Pará-guassú – Maranhão	Século XVII
Tapuyara	Rio Paraguaçu	1686
Uru-atis	Próxima ao Paraguaçu	1687
Barbados Chotis	Rio Itapecuru	1687
Barbados Ôbos	Rio Itapecuru, próximo à São Luís	1687
Gureyu	Rio Itapecuru, próximo à São Luís	1687
<u>Apina</u>	Rio Itapecuru, próximo à São Luís	1687

Coscoado	Rio Itapecuru, próximo à São Luís	1687
----------	-----------------------------------	------

Fonte: CARVALHO, 2015. Elaboração: Souza (2022) Felipe Caldas Oliveira (2022).

É possível identificar povos que sequer figuram no mapa de Curt Nimuendajú, a questão que fica é, para onde foram esses povos, qual fim levaram, será se ainda estão por aqui, silenciados para manter sua integridade? Quais dinâmicas a invasão colonial provocou na vida desses povos? São questões que exigirão novas pesquisas.

No total, foi possível identificar 19 povos indígenas que foram identificados próximos ao Rio Parnaíba. Cabe ressaltar que o rio em questão possui 1.400 km (IBGE, 2020), indo numa faixa de tempo do século XVII ao século XIX, e que na obra em questão, João Velho do Vale o chamava de Rio Paraguaçu.

Desses 19 povos indígenas, um está localizado especificamente no Baixo Parnaíba, os Anapuru-Açuzes, uma grafia diferente de Anapuru, Anapuru-Muypurás, Anaperu, Anapuru Mirim, Anapuru Açú – todas são nomenclaturas dadas pelos colonizadores, e se percebe que mesmo entre eles não havia consenso sobre o nome.

A cidade de São Bernardo, assim como muitas outras da região, nasce a partir da expansão da colonização a partir da instalação de fazendas para criação de gado, e/ou pelas guerras contra os povos indígenas. São Bernardo teria nascido assim, por consequência de várias tentativas de “pacificação” (que pelo dicionário significa o ato de restabelecer a paz, mas aqui podemos tencionar, qual paz era essa que se pretendia estabelecer, a quem favorecia?), levadas a cabo principalmente por Bernardo de Carvalho Aguiar, um mestre de campo a serviço da Coroa portuguesa.

Em 1722, a Coroa dá ordem de fazer guerra contra os Anapuru (SILVA, 2017), e os que restaram dessa guerra foram utilizados como mão de obra na recém-criada fazenda de Bernardo de Carvalho Aguiar, que ficava a 2 léguas (cerca de 9,5 km) de distância da aldeia dos Anapuru.

No ano de 1724, os padres jesuítas ganham a permissão régia de fundar uma missão junto aos Anapuru, escolhendo para padroeiro dessa missão um santo francês, São Bernardo de Claraval, ficando assim chamada a missão de São Bernardo (SILVA, 2017).

É verdade que muitas guerras foram declaradas aos Anapuru, direta ou indiretamente. O primeiro registro documentado do encontro entre colonizadores e indígenas na região de São Bernardo é de 1679, quando os Anapuru foram vistos próximo à costa. Em 1703 foi enviado um missionário para conviver com os Anapuru, supostamente a pedido dos

próprios indígenas. Já em 1707, o alferes¹⁹ Manoel Santos tenta aldear os Anapuru e levá-los para o sítio Guayaba, nas cercanias de São Luís, algo que não foi bem recebido pelos indígenas, já que em 1708 é sabido que o alferes fora morto (SILVA, 2017).

Em 1711, um grupo de frades carmelitas foram mortos pelos Anapuru, o que resultou num ataque promovido por Bernardo de Carvalho Aguiar aos Anapuru. Em 1713 ocorre outra tentativa de aldeamento dos Anapuru, dessa data há um salto temporal para 1722, quando se há registros de uma declaração de guerra contra os Anapuru, mas essa guerra só aconteceria em 1726, e os Anapuru que sobreviveram ao massacre, foram levados como escravos para trabalharem na fazenda de Bernardo de Carvalho Aguiar (SILVA, 2017).

Felipe Costa Silva (2017), em *Matriz de São Bernardo: de capela a santuário*, apresenta um panorama da história da cidade de São Bernardo a partir do processo de colonização. Esse processo está atrelado às fazendas de gado, aos engenhos de cana-de-açúcar, ao trabalho de catequização e escravização dos povos indígenas, em especial, do povo Anapuru Muypurá. Tal povo serviu tanto como mão de obra para as lavouras, como também de soldados a serviço dos colonizadores contra outros povos inimigos dos portugueses.

A relação entre o colonizador e o povo Anapuru Muypurá, com todo o processo de deflagração de guerra e paz, os acordos e quebras de acordos, e finalmente, com a dominação por meio da força desse povo, que desde o início da colonização resistiram aos avanços coloniais em seu território (SILVA, 2017).

A paz entre colonizadores e os Anapuru Muypurá é firmada somente em 1729, através do português Francisco Vasconcelos, que aproveitando a situação em que o povo Anapuru Muypurá se encontrava, dado as guerras com os invasores, Francisco Vasconcelos, com prendas e bons tratos conquistou a simpatia dessa nação, e em agradecimento pelo feito, o governo provincial entregou uma sesmaria a Francisco Vasconcelos onde hoje é a cidade de Brejo, à época, território do povo Anapuru Muypurá.

No início da colonização de Brejo, não há registro de conflitos, mas, a partir de 1709, quando Brejo passa por uma expansão territorial, há conflitos entre os Anapuru e os invasores brancos, principalmente devido à morte de Manuel dos Santos, no mesmo ano. Segundo Melo (2011, p. 62.), “As guerras são, portanto, resultado da imposição territorial portuguesa sobre territórios indígenas. Entretanto, os índios também se adequaram às novas formas de organizar e controlar o território”, destacando-se as alianças que faziam com portugueses, franceses ou holandeses contra “bárbaros” e gentis hostis, os povos “rivais” dos índios

¹⁹ Uma patente do exército abaixo do tenente. Hoje esse termo foi substituído por subtenente.

aliados.²⁰ Desde então, expediram-se várias ordens oficiais para que fizessem guerra justas²¹ aos índios Anapuru:

[...] [quem] solicitou data de terras de sesmaria foi Francisco Xavier, índio Anapuru, juntamente com Ambrosio de Sousa, capitão dos caboclos. Este indígena e o capitão solicitaram ao governador João de Abreu Castelo Branco as terras situadas “às margens da Ribeira do Parnaíba na parte chamada O Brejo, e Arraial que situou o Mestre de Campo Bernardo de Carvalho e Aguiar cujo alojamento estabeleceram deste o tempo de sua conversão ao grêmio desta Madre Igreja”. Necessitavam estes índios de “três léguas de terras de comprido e uma de largo” para o sustendo da aldeia. Em 28 de junho de 1741, o governador atendeu ao pedido de Francisco Xavier e Ambrosio de Sousa e concedeu a data de terra como sesmaria a eles (MELO, 2011, p. 62).

Após os conflitos, fez-se uma “doação” de terra aos Anapuru, a pedido de “Francisco Xavier, índio Anapuru, juntamente com Ambrósio de Sousa, capitão dos caboclos” (MELO, 2011, p. 62). Essa terra se estendia da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída por índios, ao lado da qual se encontra o marco da doação a pedra (ou *itá*) (Figura 6), até “às margens da Ribeira do Parnaíba na parte chamada O Brejo, e Arraial que situou o Mestre de Campo Bernardo de Carvalho e Aguiar cujo alojamento estabeleceram deste o tempo de sua conversão ao grêmio desta Madre Igreja” (MELO, 2011, p. 62). A pergunta que ainda não conseguimos responder é se os índios que levantaram a igreja teriam sido os Anapuru aldeados. Provavelmente sim.

A partir desses dados, nos perguntamos que povo se teria aldeado na região de Brejo,²² devido à existência de vários povos na região, que não é bem delineada territorialmente em mapas. Destaca-se que os Anapuru estavam em guerra contra os invasores, que estes foram

²⁰ Uma das qualificações atribuídas aos índios era a de aliados, ou bravos. Foi essa distinção que orientou a política indigenista lusitana no período colonial, garantindo a liberdade aos índios aliados e impondo a escravidão aos hostis. Os índios livres seriam donos de suas terras nas aldeias, deviam ser bem tratados e servir como trabalhadores aos moradores mediante remuneração (MELO, 2011, p. 83).

²¹ A guerra movida contra os índios na América portuguesa é debatida desde o século XVI, especialmente com alguma eventual justificativa. A dita guerra justa se aplicava a povos que desconheciam a fé cristã e cuja hostilidade e ofensa aos cristãos podia ser corrigida pela justiça da guerra. Legitimava-se a guerra justa contra povos indígenas quando eles impediam a propagação da fé, eram hostis aos índios aliados dos portugueses, extorquiam colonos ou missionários, invadiam aldeias ou quebravam pactos celebrados com os portugueses (MELLO, 2009).

²² No início do século XVIII, os Anapuru foram aldeados na proximidade de Gaiiaba, “mas um pouco mais tarde estão a perturbar a tranqüilidade dos colonos”, segundo Odilon Nunes. Em março de 1707, o governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, escreveu uma carta ao monarca português informando a “diligência que o alferes Manoel dos Santos fez com os índios Anapuru para virem aldearem-se nas vizinhanças dessa cidade de São Luís”, no sítio de Gaiiaba, onde havia muitas terras para as lavouras dos índios e rio com muitos peixes. Diante disso, o rei determinava ao governador que continuasse “no empenho e cuidado” de “praticar os mais desta nação para se aldearem nas vizinhanças dessa cidade”. Dois anos depois, em 1709, o monarca escreveu ao governador do Maranhão para que mandasse Antônio da Cunha Souto Maior e Damásio Pinheiro a travarem uma “guerra e extinguirem os índios da Serra de Ibiapaba e os mais que infestavam essa Capitania [do Maranhão]”. Uma das razões dessa decisão do rei foi a morte de Manoel dos Santos e de seus companheiros pelos índios Anapuru (MELO, 2011, p. 82).

aldeados perto de São Luís e que logo voltaram a ter conflitos com os colonos, levando à retomada das “guerras justas” contra os Anapuru até seu “desaparecimento” (nos documentos oficiais) no século XVIII, conforme registrado no mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú (1987). Esse “desaparecimento” era uma tentativa de silenciar e suprimir esse povo da história e da memória da região do Baixo Parnaíba Maranhense.

Figura 06 – Pedra que demarcou o território indígena do povo Anapuru Muypurá no fim do século XVIII, com a inscrição “ÍNDIOS”



Fonte: Anapuru.muypura (2020).

Muito ainda se percebe da presença indígena na cidade de São Bernardo: as técnicas de confecção de várias ferramentas da palha à cerâmica, do plantio à colheita, do beneficiamento da mandioca, da pesca, da caça, das tradições à crenças, sem falar na presença física, pois cada vez mais pessoas e famílias se declaram indígenas. É interessante salientar que muitas estratégias foram utilizadas pelos povos indígenas contra os invasores, e não foi diferente aqui na região de São Bernardo. Desde o início da invasão, os indígenas dessa região resistiram frente às investidas coloniais, seja através da guerra, seja através de estratégias de resistência.

Os Anapuru e os Tremembé possuíam uma aliança muito estreita (MELO, 2011), pois os Tremembé, habitantes do litoral, avisavam os Anapuru quando avistavam embarcações portuguesas descendo o Rio Parnaíba, rumo à terra dos Anapuru, fora as trocas entre esses dois povos, como espinha de tubarão para servir de anzol aos Anapuru, por exemplo.

A fuga nem sempre é um ato de desistência, quase sempre é um ato de resistência. Dado o avanço dos colonos, muitos povos indígenas foram forçados a deixarem suas terras, fugindo delas para poderem sobreviver à invasão, tanto das fazendas, quanto das missões.

Os que não conseguiam ou preferiam não fugir, acabavam sendo escravizados em missões ou em fazendas, tal como ocorreu em São Bernardo, apesar de que houve muita dificuldade para os portugueses o fazerem. Há um mito de fundação da cidade de São Bernardo, com duas versões principais: a primeira fala que um grupo de indígenas teria encontrado uma imagem de São Bernardo no sopé de um morro nas margens do Rio Buriti, porém essa imagem teria sido escondida pelos jesuítas, para que ao encontrarem os indígenas, esses levassem o achado como um sinal divino.

A segunda versão do mito é que teriam os vaqueiros encontrado essa imagem de São Bernardo, e tentaram levá-la para outro lugar, mas ao findar do dia, a imagem amanhecia no mesmo lugar que fora encontrada, no sopé de um morro às margens do Rio Buriti. Percebendo isso, os vaqueiros tomaram como um sinal divino que ali deveria ser construído um templo em homenagem ao santo. Em todas as versões, o santo, o morro e o rio são presentes, a alternância entre indígenas e vaqueiros é notada. Não há como falar quais dessas versões está correta, dado que se trata de mito, e mito na antropologia não é “mentira, invenções”, mas sim modos de ver o mundo (LÉVI-STRAUSS, 1964).

Em São Bernardo muitos dos habitantes consideram que não há povos indígenas, que estes já estão “extintos”, corroborando a historiografia oficial. No entanto, reconhecem a presença indígena, nos hábitos, técnicas, cultura, práticas, conhecimento acerca das matas e rios, usando-as no dia a dia.

Se formos a fundo nas pesquisas, perceberemos que a ideia de que não há mais povos indígenas na cidade está pautado no quesito fenótipo e no quesito do imaginário, no que se imagina ser indígena, geralmente relacionado aos estereótipos criados no passado colonial, de que indígena não sabe falar a língua portuguesa, não sabe usar as tecnologias “brancas”, que não são “civilizados”, e que vivem nas matas.

Todavia, os ditos não indígenas usufruem do conhecimento indígena, nas “garrafadas” ou “beberagens”, remédios naturais criados a partir de cascas e frutos das matas, técnicas de pesca e caça, como as “tapagens”, estruturas de madeira que servem de filtro de uma margem a outra de um rio, para que assim a água passe facilmente entre as fileiras de madeira, firmemente amarradas umas às outras, e os peixes e camarões fiquem retidos ao pé dessa estrutura. Também quanto à caçada, que se orienta pelas estações da lua, pelas temporadas de chuva, e ao ato de identificar um animal ou pássaro pelo canto.

A organização social, que é indígena, uma grande família que tem o mais velho como uma autoridade, que pode decidir questões e decidir que em muitas ocasiões os candidatos a um cargo político, buscando votos, o procure para que possa orientar a família a votar neles, etc.

Hoje a cidade de São Bernardo é considerada “sem povos indígenas” pelo Estado brasileiro, porém, não é difícil contestar isso, basta andar pela cidade, e se perceberá que a cidade está repleta de características e pessoas indígenas.

Afinal de contas, como um povo sobrevive 500 anos de exploração e genocídio? Como foi possível o povo Anapuru sobreviver e hoje reivindicar o que é seu por direito? E além do mais, porque o Estado brasileiro insiste em não reconhecer a legitimidade das reivindicações do povo Anapuru, que é o básico para a sobrevivência de qualquer povo, território e segurança em ser quem de fato são?

Durante a pandemia da covid-19 o povo Anapuru Muypurá reivindicou o direito de serem vacinados como indígenas e depois de muita luta conseguiram. Lucca Muypurá conseguiu registrar seu filho, Tauã, com o nome Muypurá, e hoje está na luta para adicionar em seu sobrenome o nome de seu povo. São detalhes como esses que fazem o movimento de retomada/visibilização desse povo avançar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de conquista da região do Baixo Parnaíba Maranhense se deu através de disputas de territórios, guerras, acordos e desacordos, missões jesuíticas e escravização dos povos indígenas presentes na região, a exemplo dos povos Anapuru Muypurá, o povo Tremembé, o povo Araió e o povo Anicuaz. Com a instalação de fazendas e engenhos para a instalação dos colonos invasores, os povos indígenas foram pouco a pouco silenciados nos documentos da administração colonial e na historiografia “oficial”.

O objetivo geral desse trabalho monográfico foi realizar a (re)construção da história dos povos ameríndios da região do Baixo Parnaíba Maranhense. Usando da interface entre a História e Antropologia, sistematizando as informações presentes nos documentos administrativos da coroa, legais e historiográficos sobre os povos ameríndios habitantes do referido município, um outro objetivo foi o de mapear as trajetórias de guerras e alianças entre povos ameríndios e os invasores e entre os próprios nativos, além de identificar as representações acerca dos povos nativos no município de São Bernardo-MA.

Para tanto, a pesquisa trouxe três questões centrais. A primeira foi entender como se deu o apagamento da história indígena na região do Baixo Parnaíba Maranhense, para assim compreender como ocorreu o processo de invasão dessa região, quais os interesses estavam por trás dessa intentada, quais as guerras e alianças foram traçadas, e além disso como se deu a relação dos povos originários com os invasores.

A segunda questão chave foi para analisar como se deu esse processo de invasão, especificamente onde hoje é o município de São Bernardo: saber quais os mecanismos utilizados pelo poder colonial, como os povos da região reagiram à invasão, quais povos eram/são, quais métodos de resistência esses povos utilizaram, e como todo esse processo fez surgir o município de São Bernardo.

Por fim, trouxe a questão do povo Anapuru, que oficialmente foi dado como povos “extintos”, como não mais indígenas, mas que hoje estão no processo de retomada, estão se fazendo ver ouvir, fazer saber que nunca foram extintos, estão vivos e sempre estiveram. Esse ponto reforça que os povos indígenas utilizavam métodos de resistência para sobreviver e manter viva a sua indianidade.

O presente trabalho monográfico possibilitou conhecer melhor a história da região do Baixo Parnaíba Maranhense, em específico o município de São Bernardo. Saber como se

construiu uma cidade, como o processo colonial atuou, como os povos indígenas resistiram e mantiveram viva sua indianidade, e que é de vital importância até à atualidade.

A pesquisa, que se iniciou com o objetivo de fazer uma reconstrução da história indígena no Município de São Bernardo, ao final desse percurso conduziu à oportunidade de acompanhar o processo de retomada do povo Anapuru-Muypurá, reafirmando a importância de se aprofundar sobre a história dos povos originários do Baixo Parnaíba Maranhense, no município de São Bernardo.

Este trabalho de pesquisa não pretendeu dar conta de todo o processo citado mas os primeiros passos dessa reconstrução da história indígena. É necessário dar continuidade, não só sobre a história do município de São Bernardo, mas de todos os municípios, não só sobre o povo Anapuru, mas sobre todos os povos originários. Muito ainda precisa ser pesquisado e compilado: é preciso reconstruir a história, ouvir não só uma parte dos envolvidos, mas principalmente ouvir a voz e perceber a presença dos considerados “extintos”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

AMARAL, José Ribeiro do. **Limites do Maranhão com o Piauí ou Questão da Tutoya**. São Luís: Imprensa Oficial, 1919.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Anais da Biblioteca Nacional**. Vol. 67. Livro grosso do Maranhão. 2ª parte. Divisão de Obras Raras e Publicações. Rio de Janeiro, 1948.

BOMBARDI, Fernanda Aires. **Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)**. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BRASIL. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Brasília: IBGE, 2017.

CAIUBY, Sylvia Novaes. Imagem e Ciências Sociais: trajetória de uma relação difícil. *In* BARBOSA, Andrea *et al.* **Imagem-conhecimento**, Campinas: Papiru, p. 35-59s.

CARVALHO, M. de. **Descrição do sertão do Piauí**. Comentários e notas do Pe. Cláudio Melo. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2009.

CARVALHO, Joao Renôr Ferreira de. **Jornada de Joao Velho do Valle em reconhecimento dos Rios Itapecuru, Monim, Mearim e Paraguassu (1685-1687): fazendo acordos de paz com as nações: Caicai, Guareti, Guanare e Charuna**. Teresina: Ed. UFPI, 2015.

CHAVES, Pe. Joaquim. **O índio no solo piauiense**. Ensaio de monografia histórica. Teresina: Centro de Estudos Piauiense, 1953.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

Clastres, Pierre. Do etnocídio. *In: Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac e Naify, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma história indígena. *In: CUNHA, Manuela Carneiro. História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 9-25.

CUNHA, Manuela Carneiro. Por uma história indígena e do indigenismo. *In: CUNHA, Manuela Carneiro. Cultura com aspás*. São Paulo: Cosac e Naify, 2009, p. 125-132.

CUNHA, Manuela Carneiro. Imagens de índios do Brasil. **Revista Estudos Avançados**, v. 4, n. 10, São Paulo Sep./Dec. 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Vingança e Temporalidade: os Tupinambás**. Journal de la Société des Américanistes, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992

KRENAK, Ailton. História indígena e o eterno retorno do encontro. *In: Fontes e reflexões para o ensino de história indígena e afrobrasileira : uma contribuição da área de História do PIBID/FaE/UFMG* / Organizado por Pablo Luiz de Oliveira Lima. – Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 2012.

LAGO, Anderson de Carvalho. **Brejo, Aldeia dos Anapurus**. São Luís: Secretaria de Cultura, 1989.

LÉVI-STRAUSS, [1964]. **O homem nu. Mitológicas IV**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo, Cosac Naify, 2011.

LÉVI-STRAUSS, [1952] 1978. Raça e História. *In: Os Pensadores*, vol. L, São Paulo: Abril Cultural.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção O Pensadores)

MELLO, Márcia Eliane. **Fé e Império**: as juntas das missões nas conquistas portuguesas. Manaus: EDUA, 2009.

MELO, Vanice Siqueira. **Cruentas guerras**: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí. 2011. 156 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MONTEIRO, JONH. **Tupis, Tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência. Departamento de Antropologia-IFCH. Universidade de Campinas-Unicamp, 2001.

MOREIRA, Rafael. Entre ser português e índio “barbado”: da cidade de Nazaré (S. Luís do Maranhão, 1536) à colonização do vale do Itapecuru no século XVII. **História**, São Paulo, v. 40, p. e2021007, 2021.

MOTT, Luís. **Piauí colonial- população, economia e sociedade**. Teresina : Projeto Petrônio Portella : 1985.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

OLIVEIRA, João Pacheco. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. *In: OLIVEIRA, João Pacheco. O nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. 1998. **O trabalho do antropólogo**. Brasília. São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 220 pp.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI ao sec. XVIII). *In: CUNHA, Manuela Carneiro. Histórias dos índios no Brasil* (org.). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 1015-132.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Da Paraíba ao Estado do Maranhão: trajetórias de governo na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). **Revista de História**, n.161, p. 58-83 (2º semestre de 2009).

SHALINS, Marshall. **Outras épocas, outros costumes: a antropologia da história**. In: **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 60-105.

SILVA, Kalina Vanderlei. O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVII-XVIII). **Estudos Ibero-Americanos**. PUC-RS, v. 32, n. 2, p. 43-63, dez. 2006. doi: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2006.2.1356>.

SILVA, Felipe Costa. **Matriz São Bernardo: de capela a santuário**. Fortaleza: Impreco, 2017.

SILVA, M. P. M. “Minha avó foi pega no laço”: a questão da mulher indígena a partir de um olhar feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM ARTE E CULTURA VISUAL, 2, 2018, Goiânia. Anais do Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018. p. 752 - 763.

SOUZA, Richardes Lima. **Escritas e linguagens antigas: códices**. In: **Ensaio historiográfico sobre o mundo antigo americano**. 1. ed. São Luís: Edufma, 2023, v. 1, p. 145-152.

SOUZA, Richardes Lima; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim; SILVA, Aleilson; Brussio, Josenildo; MOLINARI, Paula. Comunidades tradicionais no Maranhão: um fazer intercultural e interdisciplinar. In: MORAES, N. R. *et al.* (org.). **Povos originários e comunidades tradicionais**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, v. 10, p. 18-57.

SOUZA, Richardes Lima.; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim “Passado e presente: (re)construção da história indígena no município São Bernardo do Maranhão”. In: JORNADA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: TERRITORIALIDADES E CULTURAS EM TEMPOS DE RESISTÊNCIAS, 1., 2021, **Anais [recurso eletrônico]**. São Luís: Edufma, 2021.

SOUZA, Richardes Lima.; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. (Re) construção da história indígena no município de São Bernardo do Maranhão: das guerras ao silenciamento. E-Book do ENCONTRO DO PROGRAMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA, 1., 2021, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Edufma, 2021.

SOUZA, Richardes Lima.; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. História indígena nos municípios de São Bernardo e Santa Quitéria no estado do Maranhão. CONGRESSO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDECT (REDE INTERNACIONAL DE PESQUISADORES SOBRE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS), 1., 2020, Porto Alegre. **Anais [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

SOUZA, Richardes Lima.; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. **História indígena no município de São Bernardo - MA: a construção do silêncio**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE DO PGCULT E DA IX SEMANA ACADÊMICA DO PGCULT, 4., 2022. São Luís. **Anais [recurso eletrônico]**. São Luís: Edufma, 2022.

SOUZA, Richardes Lima.; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. **(Re)construção da história indígena no município Anapurus: das guerras ao silenciamento.** *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – SEMIC, 32., 2021, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Edufma, 2021, v. 1, p. 346.

TROUILLOT, Michel-Rolph. O poder na estória. *In*: TROUILLOT, M.-R. **Silenciando o passado: poder e a produção da história.** Curitiba: Huya, 2016.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1978[1854].

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Todo mundo é índio exceto quem não é: povos indígenas no Brasil.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.